

Programa Analítico de Disciplina

DIR 134 - Direito Agrário e Legislação de Terras

Departamento de Direito - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Catálogo: 2021

Número de créditos: 3

Carga horária semestral: 45h

Carga horária semanal teórica: 3h

Carga horária semanal prática: 0h

Semestres: I

Objetivos

a) Estimular o pensamento reflexivo/crítico sobre a legislação agrária;b) Propiciar ao aluno conhecimentos sobre a estrutura agrária brasileira, suas raízes históricas, políticas, econômicas e jurídicas;c) Identificar e distinguir os princípios de Direito Agrário na Constituição e na legislação agrária; d) Interpretar criticamente os aspectos teóricos, normativos substantivos e procedimentais do Direito Agrário.

Ementa

O Direito Agrário e sua evolução histórica. Princípios fundamentais do Direito Agrário brasileiro. O Imóvel rural e sua classificação. Parcelamento do imóvel agrário. Terras públicas e o instituto da discriminação. Reforma agrária. Determinação da função social do imóvel agrário. Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Usucapião. Imposto Territorial Rural. Contratos agrários. Terras indígenas. Áreas de preservação permanente. Área de reserva legal.

Pré e co-requisitos

DIR 130 ou DIR 138

Oferecimentos obrigatórios

Curso	Período
Engenharia de Agrimensura e Cartográfica	9

Oferecimentos optativos

Curso	Grupo de optativas
Agronomia	Geral
Cooperativismo	Geral

DIR 134 - Direito Agrário e Legislação de Terras

Conteúdo					
Unidade	T	P	ED	Pj	To
1. Evolução histórica do Direito Agrário 2. Evolução do Direito Agrário brasileiro 3. Fase do regime sesmarial ou de concessão de terras 4. Fase do regime de posses ou período extralegal 5. Fase de sistematização 6. Fase de consolidação	2h	0h	0h	0h	2h
2. Direito Agrário 3. Conceito 4. Características do Direito Agrário brasileiro 5. Objeto do Direito Agrário 6. Fontes do Direito Agrário 7. Autonomia do Direito Agrário	2h	0h	0h	0h	2h
3. Princípios fundamentais do Direito Agrário brasileiro 4. Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado 5. Princípio da função social da propriedade agrária 6. Princípio da efetivação da justiça social 7. Princípio da proteção da propriedade familiar 8. Princípio do dimensionamento eficaz dos imóveis agrários 9. Princípio do estímulo ao cooperativismo e ao fortalecimento do espírito comunitário 10. Princípio do desenvolvimento sustentável	2h	0h	0h	0h	2h
4. Caracterização jurídica do imóvel agrário 5. Conceito de imóvel agrário 6. Elementos caracterizadores do imóvel agrário 7. Módulo rural, módulo fiscal e gleba rural 8. Classificações do imóvel agrário 9. Importância da caracterização do imóvel agrário	2h	0h	0h	0h	2h
5. Parcelamento, dimensão mínima e indivisibilidade do imóvel agrário 6. Condomínios e direito de preferência 7. O imóvel agrário e a indivisibilidade decorrente de lei 8. O módulo de propriedade rural como antídoto à minifundilização 9. A fração mínima de parcelamento e a minifundilização do país 10. Exceções à regra da indivisibilidade	4h	0h	0h	0h	4h
6. Terras públicas 7. Classificação dos bens públicos 8. Bens das unidades federadas 9. Terras públicas e privadas 10. Terras devolutas 11. Grilagem 12. Procedimento discriminatório administrativo e judicial	2h	0h	0h	0h	2h
7. Imóveis agrários privados 8. Caracterização 9. Registro	2h	0h	0h	0h	2h

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: KPZ5.AKTD.3MLD

10. Limitações ao direito de propriedade 11. Função social da propriedade agrária					
8. "Correção da estrutura fundiária brasileira mediante implementação da reforma agrária e da política agrícola" 9. Conceitos e pressupostos 10. Antecedentes históricos do problema fundiário brasileiro 11. A estrutura agrária brasileira 12. Objetivos da reforma agrária 13. Distribuição de imóveis agrários pela reforma agrária 14. Beneficiários da reforma agrária 15. Resultados da reforma agrária 16. Compatibilização das ações de reforma agrária com as ações de política agrícola	4h	0h	0h	0h	4h
9. "Desapropriação de imóvel agrário para fins de reforma agrária" 10. Fundamentos autorizadores da desapropriação 11. Espécies de desapropriação 12. Fundamento normativo da desapropriação 13. Princípios embasadores da desapropriação 14. Objeto da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária 15. Imóveis agrários insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária 16. Requisitos da desapropriação para fins de reforma agrária 17. Fases do processo de desapropriação para fins de reforma agrária 18. Indenização do imóvel expropriado e despesas	4h	0h	0h	0h	4h
10. Ações demarcatória e divisória 11. Petição inicial 12. Contestação 13. Fases do trabalho do agrimensor 14. Prática	3h	0h	0h	0h	3h
11. Imposto Territorial Rural (ITR) 12. Fundamento constitucional e infraconstitucional 13. Fato gerador 14. Capacidade tributária 15. Incidência do ITR 16. Classificação das áreas do imóvel para efeito de ITR 17. Cálculo e apuração do valor do ITR 18. Divisão da receita do ITR	2h	0h	0h	0h	2h
12. Contratos agrários 13. Fundamento legal dos contratos agrários 14. Princípios dos contratos agrários 15. Partes e objeto dos contratos agrários 16. Formalidades dos contratos agrários 17. Contrato de arrendamento rural 18. Contrato de parceria rural	4h	0h	0h	0h	4h
13. Usucapião de imóvel agrário 14. Fundamento legal 15. Espécies de usucapião judicial 16. Usucapião extrajudicial 17. Requisitos da usucapião constitucional de imóvel agrário rural 18. Procedimentos 19. Usucapião como matéria de defesa	4h	0h	0h	0h	4h

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: KPZ5.AKTD.3MLD

20.A usucapião de terras públicas					
14. Aquisição de imóvel agrário por estrangeiros 15. Fundamento constitucional e legal das restrições à aquisição de imóvel agrário por pessoa estrangeira 16. Aquisição de imóvel agrário por pessoa física estrangeira 17. Aquisição de imóvel agrário por pessoa jurídica estrangeira	2h	0h	0h	0h	2h
15. Tutela jurídica das terras indígenas 16. Breve esboço histórico sobre o direito dos povos indígenas sobre suas terras 17. O instituto do indigenato 18. Competência legislativa 19. Competência para conhecer conflitos envolvendo direitos indígenas 20. Órgão executor da política indigenista 21. Situação das terras indígenas 22. Atributos das terras tradicionalmente ocupadas ou habitadas pelos indígenas	2h	0h	0h	0h	2h
16. Áreas protegidas no imóvel agrário 17. Áreas de Preservação Permanentes: Conceito, classificação, funções, áreas consolidadas e recomposição da cobertura vegetal, responsabilidade administrativa, civil e penal 18. Área de Reserva Legal: Conceito e funções, fundamento constitucional e legal, porcentual de reserva legal no imóvel agrário, imóveis isentos de reserva legal, cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do porcentual da Área de Reserva Legal, Registro, localização e regularização, responsabilidade civil, administrativa e penal	4h	0h	0h	0h	4h
Total	45h	0h	0h	0h	45h

(T)Teórica; (P)Prática; (ED)Estudo Dirigido; (Pj)Projeto; Total(To)

Planejamento pedagógico	
Carga horária	Itens
Teórica	Apresentação de conteúdo oral e escrito com o apoio de equipamento (projektor, quadro-digital, TV, outros)
Prática	Não definidos
Estudo Dirigido	Não definidos
Projeto	Não definidos
Recursos auxiliares	Transporte para visita Técnica

DIR 134 - Direito Agrário e Legislação de Terras

Bibliografias básicas

Descrição	Exemplares
CARVALHO, E. F. Manual didático de direito agrário. Curitiba: Juruá (última edição).	1

Bibliografias complementares

Descrição	Exemplares
FERRETTO, V. Contratos agrários: aspectos polêmicos. São Paulo: Saraiva (última edição).	0
ARAÚJO JR, V. G. Direito agrário: doutrina, jurisprudência e modelos. Belo Horizonte: Inédita (última edição).	0
BARROSO, L. A. et al. O direito agrário na constituição. Rio de Janeiro: Forense (última edição).	0
LARANJEIRA, Raymundo. Propedêutica do Direito Agrário. São Paulo: LTr (última edição).	2
MARQUES, B. F. Direito agrário brasileiro. São Paulo: Atlas (última edição).	0
RIZZARDO, A. Curso de direito agrário. São Paulo: RT (última edição).	0
TRENTINI, F. Teoria geral do direito agrário contemporâneo. São Paulo: Atlas (última edição).	0